

RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.281 - SP (2018/0344128-0)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
RECORRENTE : DANIEL SILVA SANTOS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
DENNIS GERSON CAMARGO RAMOS SALGRETTEI -
DEFENSOR PÚBLICO - SP284780
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. EXECUÇÃO PENAL. PENAS PECUNIÁRIAS INADIMPLIDAS. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. POSSIBILIDADE. TEMA N.º 931/STJ. PRECEDENTES. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por DANIEL SILVA SANTOS, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (Agravado de Execução Penal n.º 9003427-37.2016.8.26.0050).

Consta dos autos que o Juízo da Execução declarou extinta a punibilidade do Recorrente, a despeito de não ter havido adimplemento da pena de multa imposta cumulativamente com a pena privativa de liberdade (fls. 7-10). Inconformado, o *Parquet* interpôs agravo de execução penal, ao qual o Tribunal de origem negou provimento, nos termos da seguinte ementa (fl. 43):

"Agravado em Execução — Recurso Ministerial — Pleito contrário à declaração de extinção da punibilidade sem o pagamento da pena de multa — Procedência — Extinção da punibilidade se dá somente após o cumprimento da pena privativa de liberdade e também da pena de multa — Pena pecuniária que, apesar de ter natureza de dívida de valor, cuja cobrança deva ser realizada pela Fazenda Pública, não perdeu seu caráter penal — Impossibilidade de obstrução da cobrança da dívida pelo Poder Judiciário, sob pena de afronta à separação dos Poderes (cláusula pétrea).

R. decisão reformada para afastar a declaração de extinção da punibilidade inicialmente reconhecida. Recurso Ministerial provido."

Irresignada, o Recorrente interpôs recurso especial, alegando dissídio pretoriano acerca do art. 1.º da Lei de Execução Penal e do art. 51 do Código Penal, ao argumento de ser devida a extinção da punibilidade quando cumprida a pena privativa de

liberdade, ainda que não tenha havido o adimplemento da pena de multa.

Requer o provimento do recurso especial a fim de que seja declarada extinta a punibilidade, independentemente do pagamento da multa.

Contrarrazões às fls. 82-92.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso especial (fls. 142-144).

É o relatório.

Decido.

O entendimento adotado pelo Tribunal de origem encontra-se em desconformidade com a orientação do Superior Tribunal de Justiça, fixada nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973 (Tema n.º 931/STJ), no sentido de que, *"nos casos em que haja condenação, a pena privativa de liberdade e multa, cumprida a primeira (ou a restritiva de direitos que eventualmente a tenha substituído), o inadimplemento da sanção pecuniária não obsta o reconhecimento da extinção da punibilidade"* (REsp 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2015, DJe de 10/09/2015).

No mesmo sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE OU DE RESTRITIVA DE DIREITOS SUBSTITUTIVA. INADIMPLEMENTO DA PENA DE MULTA. PRESCRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não há ofensa ao princípio da colegialidade diante da existência de previsão legal e regimental para que o relator julgue, monocraticamente, o recurso especial quando constatar óbices de admissibilidade ou se fundamentar na jurisprudência dominante desta Corte Superior.

2. ***Extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública.***

3. Nessa linha, não há falar em competência do Juízo da Execução Penal para decidir a respeito da prescrição da pena de multa

convertida em dívida de valor, uma vez que, independentemente da origem penal da sanção, a multa restou convolada em obrigação de natureza fiscal e, por essa razão, a competência passou a ser da autoridade fiscal.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.728.871/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe de 01/08/2018; sem grifos no original.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENA DE MULTA. PRESCRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DAS EXECUÇÕES FISCAIS.

1. A Terceira Seção desta Corte Superior, sob a égide dos recursos repetitivos, art. 543-C do CPC, no julgamento do REsp n. 1.519.777/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, DJe 10/09/2015, firmou posicionamento no sentido de que extinta pelo seu cumprimento a pena privativa de liberdade ou a restritiva de direitos que a substituir, o inadimplemento da pena de multa não obsta a extinção da punibilidade do apenado, porquanto, após a nova redação dada ao art. 51 do Código Penal pela Lei n. 9.268/1996, a pena pecuniária passou a ser considerada dívida de valor e, portanto, possui caráter extrapenal, de modo que sua execução é de competência exclusiva da Procuradoria da Fazenda Pública.

2. Não há falar em competência do Juízo da Execução Penal para decidir a respeito da prescrição relacionada à pena de multa convertida em dívida de valor, uma vez que, independentemente da origem penal da sanção, a multa restou convolada em obrigação de natureza fiscal e, por essa razão, a competência passou a ser da autoridade fiscal. Precedente do STF.

3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1.724.378/ES, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe de 07/05/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DOU PROVIMENTO ao recurso especial para restabelecer a decisão do Juízo da Execução Penal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 10 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora